

LEVANTES FEMINISTAS E TRANSFEMINISTAS EM REDES NO BRASIL: LUTAR OU SUCUMBIR À BARBÁRIE?

Ana Paula Leite Nascimento

Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Pós-doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, paulajcbrasil@yahoo.com.br

Maria Helena Santana Cruz

Professora orientadora: Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA; Pós-doutora pelo Curso de Sociologia da Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, helenacruz@uol.com.br

Resumo

O trabalho problematizou a emergência e a efervescência dos levantes feministas e transfeministas em redes no Brasil; refletiu a respeito das relações e mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo; e identificou pautas reivindicatórias e marcadores interseccionais que mobilizam as lutas sociais feministas e transfeministas nas redes e nas ruas. As teorias críticas, feministas e transfeministas ampararam o estudo; constituindo-se uma pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis. O materialismo histórico dialético transversalizou a pesquisa, a qual apresentou natureza quali-quantitativa. Realizou-se levantamento bibliográfico para subsidiar a fundamentação e as análises dos dados acessados nas redes sociais. Confirmamos que a relação entre os feminismos, os transfeminismos e as mídias sociais fortalece a atuação dos levantes feministas e transfeministas.

Palavras-chave: Gênero, Feminismos, Transfeminismos, Ciberativismo, Lutas sociais.

Introdução

Os feminismos e os transfeminismos têm construído legados históricos mundialmente do ponto de vista teórico e da práxis, isso porque suas referências se espriam como contributos em teorias feministas e transfeministas, e em levantes feministas e transfeministas que atravessam as fronteiras globais, consideradas suas manifestações na particularidade brasileira.

Esse estudo problematiza a emergência e a efervescência dos levantes feministas e transfeministas em redes no Brasil, nos marcos da Primavera Feminista, buscando refletir sobre as relações e as mediações entre os feminismos, os transfeminismos e o ciberativismo. Nessa direção, intenciona identificar pautas reivindicatórias e categorias/marcadores interseccionais que mobilizam as lutas sociais feministas e transfeministas em redes e na ocupação das ruas.

Metodologia

Fundamenta-se em teorias críticas, feministas e transfeministas, que embasaram a trilha da investigação e as análises dos dados. Configura-se como uma pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis sociopolítica, dada a processualidade dialética que conduziu o exercício de reflexão teórica e as práticas das lutas sociais.

O estudo referenciou-se no materialismo histórico dialético, considerando a realidade em suas dimensões objetivas e subjetivas que perpassam o cotidiano de vida das mulheres, assim como as pautas que instrumentalizam suas reivindicações e levantes.

A pesquisa possui natureza quali-quantitativa, respaldada em levantamento bibliográfico, coleta e produção de dados nas redes sociais do Facebook, do Instagram e do Twitter. Os pressupostos teórico-analíticos orientaram o processo investigativo; o arcabouço referencial do trabalho; a organização, exposição e as análises dos dados.

Referencial teórico

Tecemos aqui as relações e mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo. Partimos da premissa de que “o feminismo,

como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina”. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 24).

A consciência feminista continua a se desenvolver dia após dia, com elaborações teóricas e práxis social e política com lutas cotidianas que reafirmam direitos em diferentes dimensões, políticas públicas e melhores condições de vida às mulheres. Na diversidade de manifestações, consideradas as especificidades do processo, as rupturas podem alimentar ideias e ações de cariz revolucionário como fundantes e geradoras de um novo projeto societário, sem exploração e opressão de classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros marcadores sociais.

No dizer de bell hooks (2019, p. 17), o feminismo é “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão”. O feminismo suplanta a configuração de movimento único, pois há uma pluralidade semiótica do feminismo. Como não há uma corrente teórica única do pensamento feminista, adota-se o termo feminismos pela diversidade de correntes teóricas que contribuem, a partir de teorias gerais, para a compreensão do porquê e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade, além de incidir em processos de transformação dessa realidade. Nesse horizonte, os feminismos encampam bandeiras, reivindicações e lutas diversas. (JESUS, 2018).

Os feminismos comportam o transfeminismo, o qual se caracteriza como pensamento e práxis feminista que se encontra em metodologia de construção: “[...] é uma literatura de fronteira. De no máximo cinco anos de desenvolvimento por estas paragens brasileiras, e que por isso mesmo estão sendo delineados os seus horizontes teóricos e éticos”. (JESUS, 2014a, p. 6). Registra-se que

[...] o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela *internet*, anuncia-se em *blogs* e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos

não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (JESUS, 2014a, p. 5, grifos originais).

Sua base é intensamente forjada na internet e é legatário dos fundamentos políticos alicerçado no processo de consciência política e resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não binárias, *crossdressers*, e outros humanos inominados); e dos fundamentos e das contribuições teórico-práticas do feminismo negro, particularmente do princípio da interseccionalidade, da não hierarquia de opressões, da denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres, das falas das pessoas historicamente oprimidas e do questionamento do conceito de mulher do qual se apropriam as feministas brancas. (JESUS, 2014a; JESUS, 2018).

Feminismos que não incluem as mulheres trans são (re)produtores de discursos e práticas que reforçam as relações de poder e dão coro às opressões de gênero, além de se mostrarem contraditórios na defesa de bandeiras pelo fim das violências e opressões de gênero. Feminismos com essa formatação precisam ser questionados e revistos para recuperar a criticidade dos seus fundamentos, ampliar a representação e concepção do construto mulheres, alargar as bandeiras e suplantar as contradições que os moldam a ponto de estarem equivocadamente reduzindo às mulheres ao aspecto biológico. Denunciar e se contrapor a isso se mostram necessários, porque

[...] não incluir [...] mulheres trans com a justificativa de que elas não são mulheres reforça aquilo que o movimento tanto combate e que Beauvoir refutou tão brilhantemente em 1949: a biologização da mulher, ou a criação de um destino biológico. Se não se nasce mulher, se ser mulher é um construto, se o gênero é performance (em termos butlerianos), não faz sentido a exclusão das trans como sujeitos do feminismo. O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade

sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (RIBEIRO, 2018, p. 30-31).

O transfeminismo é também múltiplo, logo,

[...] como em qualquer dos feminismos, também o transfeminismo não pode ser entendido como único, porém, de forma genérica, pode-se entender que há princípios sem os quais uma determinada linha de pensamento do feminismo não pode ser considerado transfeminista: 1. redefinição da equiparação entre gênero e biologia; 2. reiteração do caráter interacional das opressões; 3. reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgêneros de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e 4. validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero. (JESUS, 2014b, p. 249).

Cabe salientar que “a noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual”. (JESUS, 2014a, p. 13). A potência do transfeminismo se revela nos fundamentos teóricos, como campo do conhecimento em construção, e na práxis sociopolítica para as lutas e os enfrentamentos cotidianos ao legitimar as existências da pluralidade e diversidade das identidades de gênero, além do reconhecimento das opressões interseccionadas sofridas pelos corpos com identidades, expressões e performances que subvertem e (r)existem dissidentes às normas e regulações sexistas, racistas. Nessa linha de discussão e contributo analítico, Jesus e Alves (2010, p. 15) ressaltam que

[...] o transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível.

A apropriação do conceito de gênero contribui nos processos de formação política, da consciência crítica e das lutas feministas e transfeministas por incidir em rupturas do determinismo biológico, que fundamenta as opressões, violências e desigualdades de gênero. Apesar da frequente recorrência às correntes biológicas, é inconteste as mudanças, até mesmo as revoluções, provocadas pelo debate e pelas relações de gênero, isto é, da formação gendrada.

O debate sobre gênero, ao apontar novas concepções, trouxe explicações e interpretações que provocaram (e provocam) micro e macrorrevoluções mediadas e integradas às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Os questionamentos e as revoltas instigados pelos feminismos contemporâneos se manifestam nos espaços virtuais e nas ruas. Parte deles, embora vistos nas ruas eventualmente, nascem na internet, nas redes sociais, no mundo virtual, com frutos no mundo físico chegando a transformar o contexto da realidade. Tais processos impactam diretamente na constituição subjetiva de indivíduos e grupos sociais, resultando em reavaliação e apropriação de valores e práticas. (JESUS, 2018; JESUS, 2013).

Enquanto “espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade”. (JESUS, 2018, p. 14). Insta salientar que esses contradiscursos são potentes e “reafirmam os aspectos mais inclusivos dos feminismos interseccionais”. (JESUS, 2018, p. 14).

A partir dos anos 2000 vislumbra-se a chegada da internet no Brasil. Ao comparar a sua inauguração, popularização e domínio do ciberespaço com outros países da Europa, Oceania e América do

Norte, a experiência na América Latina e no Brasil é tardia. Mas, mesmo assim, conseguiu produzir mudanças significativas nas formas de comunicação, interação e ainda na atuação militante das feministas e transfeministas, processo que se vivencia até os dias de hoje. No Brasil, aconteceram campanhas expressivas a partir de 2010, que foram encabeçadas por páginas feministas e transfeministas, ligadas às redes sociais como o Facebook e o Twitter, com abordagens de assuntos sobre assédio, abuso sexual, machismo, misoginia, transmisoginia, entre outros conteúdos. As campanhas apresentavam pautas e temáticas transformadas em hashtags ou publicadas de outra maneira em qualquer outro espaço disponibilizado na rede. As hashtags #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas protagonizaram campanhas que conseguiram mobilizar milhares de mulheres, as quais compartilharam suas experiências para mostrar, bem como denunciar, episódios de machismo, abuso sexual e misoginia. Ao ganharem espaço e grande adesão, demonstraram a função das ferramentas digitais das redes sociais, comprovada mediante o alcance dessas campanhas, ademais, contribuiu para a interconexão das mulheres de várias cidades do país por meio de seus comentários e histórias que foram compartilhadas, até viralizadas. (DUTRA, 2018).

Em 2015 a articulação e a mobilização on-line foram tão surpreendentes e em uma diversidade de frentes e pautas que a mídia batizou 2015 como o ano da Primavera das Mulheres, a Primavera Feminista, fazendo alusão à Primavera Árabe. Figurou, pois, como o ponto alto de uma mobilização físico-virtual crescente que se retroalimentava dos acontecimentos e fenômenos que provocaram e instigaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas. As identidades feministas e transfeministas se fortaleceram na medida em que muitas mulheres, ao exercitar o compartilhamento, estavam também a se identificar com os feminismos e os transfeminismos na rede, e isso foi responsável por traçar um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos que foram cultivados durante muito tempo em relação aos movimentos feministas e transfeministas. (NATANSOHN; REIS, 2017; BUITONI; LOPES, 2018; DUTRA, 2018).

As hashtags como aporte e estratégia no ativismo feminista e transfeminista via internet têm, cada vez mais, se instituído e gerado

[...] algumas das experiências mais bem-sucedidas de mobilização no campo, assumindo sentidos diversos. Elas ora contribuem para fazer pressão junto ao poder

público no processo de tomada de decisões, ora servem para dar visibilidade a causas da militância, ora se traduzem em campanhas de conscientização no campo das relações de gênero, ora ajudam a sistematizar dados que referendem políticas públicas e, não menos importante, servem para promover encontros, partilhas de experiências e facilitar a solidariedade. (NATANSOHN; REIS, 2017, p. 119).

Nessa trilha, a organização e as lutas sociais das mulheres são mediadas pelas redes e potencializadas pelo ciberativismo, o qual caracteriza-se como

[...] uma forma de protestar, convocar passeatas, defender determinada causa, reclamar direitos utilizando como “lugar” dessas atividades o ciberespaço. Agregando em comunidades virtuais pessoas com interesses comuns, mesmo que distantes, o ciberativismo cria grupos de ação on-line em prol de uma causa. O ciberativismo ganhou notoriedade com a mobilização através das redes a partir dos anos 2000, com os atos públicos convocados pela internet contra os efeitos da globalização capitalista e neoliberal. Desde então o ambiente virtual tornou-se fértil à tal atividade, visto não apresentar controle centralizado, dando uma margem mais elástica tanto para liberdade de expressão, quanto para pautas de grupos marginalizados ignorados pelo Estado. (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 10).

Certifica-se que “[...] a internet mudou a forma de organização do ativismo feminista [e transfeminista] [...]. As pautas feministas [e transfeministas] prevalecem e encontraram no ciberespaço um meio de propagação”. (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 5). Com o advento da internet mudam-se as formas de comunicação, interação e ainda de organização social e política, tendo em vista que as comunidades virtuais potencializaram os agrupamentos e movimentos de mulheres. Nesse quadro, ganha força o ciberativismo, o qual elegemos como centralidade da análise no processo de investigação, inventariando e visibilizando a diversidade do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil.

Resultados e discussão

No processo investigativo, constatamos diferentes meios e estratégias de organização e mobilização dos levantes feministas e transfeministas mediadas pelas redes. O ciberfeminismo, configurado como movimento social, “[...] consegue ressignificar elementos [dos feminismos e transfeminismos] a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres”. (DUTRA, 2018, p. 25, supressão nossa). E, sem dúvidas, “extrapolar as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião, raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir”. (DUTRA, 2018, p. 25).

No intuito de esboçar o quadro do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil, procedemos ao levantamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter a partir dos descritores: *Marcha*; *Frente Feminista*; *Frente Transfeminista*; *Coletivo Feminista*; *Coletivo Transfeminista*. Quanto às páginas do descritor *Marcha*, selecionamos apenas aquelas que apresentaram ligações com as pautas feministas e transfeministas. Todos os perfis mapeados mediante os descritores citados foram considerados pelo critério de ser uma página brasileira.

As redes sociais contabilizaram o total de 438 páginas, sendo 434 perfis feministas, equivalente a 99,1%; e apenas 4 transfeministas correspondentes a 0,9%. A maior expressão foi entre os Coletivos, com 295, representando 67,3%; nas Frentes, somou-se 98, perfazendo 22,4%; e a menor soma se deu nas Marchas, calculando 45, atingindo somente 10,3%. Os perfis identificados foram criados no período de 2009 a 2020. Do total de páginas, foi majoritário o quantitativo no Facebook com 376 perfis, relativo a 85,8%; o Instagram teve 48 páginas, ou seja, 11%; e, no Twitter, apenas 14 perfis, totalizando 3,2%. Para esse levantamento, localizamos e mapeamos os perfis independentemente do ano de sua criação, a fim de caracterizar o cenário do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil.

Na apresentação do crescimento dos movimentos e levantes feministas e transfeministas em redes nas categorias *Marcha*, *Frente* e *Coletivo*, selecionamos apenas as páginas criadas entre 2015 e 2020, considerando o marco da Primavera Feminista. No ano de 2015, foram criados 61 perfis feministas e transfeministas entre as redes sociais Twitter, Instagram e Facebook: 9 Marchas (14,7%), 12 Frentes (19,7%)

e 40 Coletivos (65,6%). Em 2016, somaram 76 páginas: 2 Marchas (3%), 17 Frentes (22%) e 57 Coletivos (75%). O ano de 2017 teve 54 perfis: 4 Marchas (7%), 16 Frentes (30%) e 34 Coletivos (63%). No ano 2018, totalizou-se 67 páginas: 3 Marchas (4,5%), 17 Frentes (25,4%) e 47 Coletivos (70,1%). O ano de 2019 aglutinou 52 perfis: 3 Marchas (6%), 10 Frentes (19%) e 39 Coletivos (75%). Em 2020, criaram 34 páginas: 4 Frentes (12%) e 30 Coletivos (88%).

De 2015 a 2020 foram contabilizados 344 perfis: 21 Marchas, correspondentes a 6,1%; 76 Frentes, equivalendo-se ao total de 22,1%; e 247 Coletivos, somando 71,8%. As páginas com maior número de criação estão na categoria *Coletivos*, mas o ciberativismo ocorre articulado ao conjunto de perfis das *Marchas* e *Frentes* pesquisados, bem como outras categorizações que não foram mapeadas nesse estudo.

Ao somar o quantitativo de páginas criadas no período de 2015 a 2020 e relacionar com o número que existia em 2015, constatamos, em 2020, que houve crescimento dos movimentos no âmbito do ciberativismo feminista e transfeminista. Nas Marchas, saiu de nove para 21 perfis, apontando um crescimento de 133%; nas Frentes, foi de 12 para 76 páginas, acumulando aumento percentual de 533%; nos Coletivos, haviam 40 e somaram 247 perfis, chegando ao crescimento de 518%. Comparando-se os dados da porcentagem total, em 2015, o número de 61 páginas evoluiu para 344 perfis em 2020, calculando um aumento de 464% no ciberativismo.

No mapeamento dos descritores *Coletivo feminista* e *Coletivo transfeminista* tivemos ciência que a criação dos perfis foi no período entre 2011 e 2020. Localizamos 295 Coletivos, com 99% (293) de páginas feministas e somente 1% transfeminista (2). O número de seguidoras/es varia de 49.547 mil com maior alcance e 2, o seu menor. Encontramos 14 perfis com mais adesão: Cunhã Coletivo Feminista; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Coletivo Feminista Rosa Lilás; Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Nacional; Humaniza Coletivo Feminista - Violência Obstétrica Manaus; Coletiva Feminista Radical Matinta; Coletivo Feminista Rosa Lilás Sorocaba; Coletivo Feminista Carolina de Jesus; Coletivo Feminista Flores de Frida; Coletivo Feminista S Saúde; Coletivo Feminista Helen Keller; Coletivo Feminista Classista Marielle Franco; Coletivo Feminista Unigranrio; e Bancada Feminista do PSOL.

Pelos descritores *Frente feminista* e *Frente transfeminista* vimos somente páginas feministas, com os perfis criados no intervalo que

compreende 2012 a 2020. O total foi de 98 Frentes, sendo 100% dos perfis feministas. O número de seguidoras/es contabiliza o máximo 10.867 mil e o mínimo 17. Observamos maior alcance em nove páginas: Frente Feminista da PUC-SP; Frente Feminista Casperiana Lisandra; Frente Feminista USP; Frente Feminista Mackenzista; Frente Feminista Universitária de São Paulo; As Amazonas; Frente Feminista de Londrina - 8M Londrina; Frente Feminista de Londrina; e Frente Feminista Abolicionista.

Na pesquisa com o descritor *Marcha* notamos perfis criados no ínterim entre 2009 e 2020. Foram 45 Marchas: somando 96% de páginas feministas (43) e 4% transfeministas (2). A adesão das/os seguidoras/es varia de 22 mil a 191. Não constatamos a criação de páginas nos anos de 2010 e 2020. Os perfis que abarcaram mais adesão foram treze, quais sejam: Marcha Mundial das Mulheres; Marcha das Vadias de Brasília; Marcha das Vadias Curitiba; Marcha das Vadias Sampa; Marcha das Vadias Belo Horizonte; Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro – ES; Marcha das Mulheres Negras de São Paulo; Marcha da Negritude Catarinense; Marcha do Empoderamento Crespo; Marcha do Orgulho Trans; e Marcha das Mulheres Negras SP.

No levantamento que realizamos nas redes sociais, averiguamos levantes feministas e transfeministas que mobilizaram as mulheres através das redes sociais e também ocuparam as ruas do Brasil, dos quais listaremos aqui dez, mesmo que seja apenas em caráter de indicação dos nomes: Marcha Mundial das Mulheres (MMM/Brasil); Marcha das Mulheres Negras; Marcha das Margaridas; Marcha das Vadias (Brasil); Marcha do Orgulho Trans; Marcha das Mulheres Indígenas; Marcha das Mulheres Lésbicas e Bissexuais; Mulheres na Ciência; Mulheres na Política; e Mulheres Unidas contra Bolsonaro.

Ainda sobre as experiências dos movimentos e manifestos feministas e transfeministas em rede no Brasil, vale citar, embora de forma breve, agrupamentos de mulheres com mobilizações e participação por meio de comunidades virtuais, a exemplo da construção de blogs, comunidades, sites, páginas feministas e transfeministas, como os seguintes: Transfeminismo; Travesti Reflexiva; Quebrando Tabu; Geledés Instituto da Mulher Negra; A Ponte Para Pretxs!; Mulheres Unidas Contra Bolsonaro; Blogueiras Feministas; Blogueiras Negras;

e Empodere Duas Mulheres. (JESUS, 2014b; JESUS, 2018; OLIVEIRA; SILVA, 2016; PAULINO; PAULINO, 2019).

O ciberativismo rompe as fronteiras limítrofes, antes impeditivas das partilhas de experiências organizativas, combativas e propositivas das mulheres de diferentes continentes, países e até regiões no mesmo país. Muitas atividades e ações internacionais, nacionais e regionais são articuladas pelas mulheres no ciberespaço e ganham potência e visibilidade também nas ruas. Sabe-se que movimentos eclodiram nas redes em outros países e agregaram, através das redes, movimentos e atuação feministas e transfeministas no cenário brasileiro. Os levantes pelo país e mundo afora comprovam que “[...] atualmente o papel do ciberativismo é essencial para a divulgação das demandas feministas [e transfeministas]” (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 8) e para as lutas sociais feministas e transfeministas.

O agravamento das expressões da questão social, a agudização das opressões e explorações, a intensificação das violências e os avanços do conservadorismo e da plataforma fascista são manifestações concretas da barbárie relacionadas aos sistemas patriarcal, capitalista, racista, heterossexista. Essa barbárie afeta sobremaneira a vida em sociedade, muito mais as vidas das mulheres, com rebatimentos maiores ao cotidiano e às vidas das mulheres negras, trans, lésbicas, periféricas, ao tempo em que provoca reação a partir da dimensão organizativa e reivindicativa.

A resistência e a reação das mulheres subsidiadas pelo potencial organizativo, formativo e combativo dos movimentos e grupos feministas e transfeministas traduzem o grau de importância dos feminismos e transfeminismos, considerando suas diversidades identitárias e políticas, suas estratégias de organização e atuação, suas agendas de lutas e reivindicações. As tecnologias se instituem como mecanismos que potencializam e oxigenam a capacidade e as habilidades organizativas de articulação, resistências e enfrentamentos, confirmando, pois, que as relações e as mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo, ou seja, as mídias sociais fortalecem a atuação dos levantes feministas e transfeministas. Desta feita, a

[...] emergência de coletivos de jovens feministas [e transfeministas] [indica] que [os feminismos e transfeminismos] [continuam relevantes] para as novas gerações, que se organizam a partir de identidades políticas variadas, diferentes graus de

institucionalização e de expressão. [...]. Em sua diversidade, tais novas gerações constituem-se tendo as novas tecnologias como importantes ferramentas de divulgação, de renovação e diálogo. [...]. (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 799).

Apreender as particularidades e as similitudes identitárias e das demandas pautadas por movimentos de mulheres se impõe como central para dar potência à capacidade organizativa, participativa e reivindicatória dos diferentes grupos de mulheres que apresentam demandas e pautas singulares, mas que, ao mesmo tempo, exponenciam consensos em defesa de pautas que se colocam na ordem do dia para rupturas e enfrentamentos às opressões, explorações e violências a que as mulheres ainda são submetidas cotidianamente. Isso exige um processo de dupla dimensão na vida cotidiana: primeiro, o desenvolvimento de identidades políticas feministas e transfeministas; e, segundo, o fortalecimento de consciências reivindicatórias.

Considerações finais

A pesquisa nos deu elementos não apenas para inventariar mobilizações articuladas pelas mulheres, mas, sobretudo, visibilizar estratégias construídas pelos levantes feministas e transfeministas como possibilidades concretas de debates sobre as opressões, explorações e violências que estão submetidas; e tornar ainda mais visíveis as formas de dar concretude à práxis das lutas sociais travadas e protagonizadas, pois o enfrentamento aos sistemas patriarcal, capitalista, racista e heterossexista ergue-se enquanto horizonte cotidiano como mote para sobreviver a toda essa barbárie.

Apresentou relevância social e acadêmica pelas reflexões e contribuições aos movimentos sociais feministas e transfeministas ao expor formas organizativas e estratégias de mobilização mediadas pelas redes sociais, traduzindo a potência do ciberativismo para oxigenar os levantes feministas e transfeministas. Ao conhecer as páginas e perfis das Frentes, dos Coletivos e das Marchas Feministas e Transfeministas observamos que a multiplicidade e a diversidade do construto mulheres não anula as possibilidades de unidade entre as mulheres, as mobilizações e as muitas pautas interseccionadas por marcadores de classe, raça, sexualidade, entre outros, que determinam estruturalmente as formas de opressões, explorações e violências.

Na medida em que se oxigenam as identidades políticas feministas e transfeministas, respeitadas as diversidades, igualmente se fortalecem as consciências reivindicatórias e as pautas que impulsionam a militância e as lutas sociais como mecanismo de enfrentamentos e proposituras face à barbárie do capital com a agudização das expressões da questão social e o agravamento das violências e opressões de gênero, as quais ameaçam e ceifam as existências feministas e transfeministas. Não obstante os limites desse estudo, enquanto pesquisa que demanda maior aprofundamento, podemos afirmar que indica estratégias de enfrentamento e subsídio para a (re)formulação de políticas sociais que podem traduzir-se como respostas a algumas das demandas que aparecem como mote nas lutas sociais feministas e transfeministas.

Referências

BITONI, Dulcilia Schroeder; LOPES, Martha. “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 21-40. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24613/16005>. Acesso em: 19 fev. 2021.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. Introdução - O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 43-60.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2018, p. 19-31. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384/17906>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. **Psicologia Sociedade** [online], v. 25, n. 3, 2013, p. 493-503.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/03.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de [et. al.]. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística** [online], n. 78, 2014b, p. 241-257. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n78/n78a11.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 1, 2018, p. 5-24. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87/48>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. #Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010, p. 8-19. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096/2817>. Acesso em: 13 fev. 2021.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de; SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da. Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1, 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2016, p. 796- Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6079/5092>. Acesso em: dez. 2019.

PAULINO, Simone Campos; PAULINO, Silvia Campos. #EleNão: reflexões sobre ciberativismo feminista no Brasil nas eleições presidenciais

de 2018. **Revista Acadêmica Magistro**, v. 1, n. 19, p.1-17. 2019.
Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/5528/29>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.